



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº 2012

(Do Senhor Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer seja realizada Reunião de Audiência Pública para debater as causas, consequências e providências adotadas relacionadas aos derramamentos de petróleo no campo de Frade, da Chevron, na Bacia de Campos.

Senhor Presidente

Nos termos dos artigos 58 da Constituição Federal e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja realizada Audiência Pública para debater as causas, consequências e providências adotadas relacionadas aos derramamentos de petróleo no campo de Frade, da Chevron, na Bacia de Campos, com a presença de:

- Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministra do Meio Ambiente;
- Magda Chambriard - Diretora-Geral da ANP.

JUSTIFICAÇÃO

O novo vazamento no Campo de Frade, na Bacia de Campos mostra a insuficiência de políticas públicas necessárias para evitar novos desastres, e especialistas avaliam que o Brasil não dispõe de tecnologia para resolver o problema atual.

O jornal o Globo publicou:

Governo prevê vazamentos em série na Bacia de Campos

O Globo - 19/03/2012

Área com 7 km de diâmetro no solo marinho já estaria abalada



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O segundo vazamento em quatro meses no campo de Frade, operado pela Chevron na Bacia de Campos, levou o governo a estudar a possibilidade de exploração de petróleo na região ter abalado uma área com sete quilômetros de diâmetro do solo marinho. Com isso, novas fissuras e vazamentos ainda podem ser descobertos. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Ibama já estariam trabalhando com o risco de parte do solo nessa área afundar. A Chevron admite que a estrutura do campo é complexa e diz que, por isso, pediu autorização para suspender a produção no local. Com os problemas enfrentados no Brasil, a matriz da empresa nos Estados Unidos já estaria estudando deixar de investir no país.

Mais vazamentos à vista

Para governo, solo em área com 7 quilômetros de diâmetro no campo da Chevron pode estar abalado

Bruno Rosa, Ramona Ordoñez e Luiza Xavier

Com o anúncio do segundo derramamento de petróleo no campo de Frade, da Chevron, na Bacia de Campos, o governo trabalha com o pior dos cenários e já prevê vazamentos em série no local.

A hipótese, que estaria em estudo pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e pelo Ibama, é que o afundamento do solo e as fissuras nas rochas, detectadas pela petroleira na semana passada, podem estar num raio de 3,5 quilômetros a partir da plataforma, de acordo com uma fonte que acompanha o caso, ou seja, uma área com diâmetro total de sete quilômetros.

De acordo com essa mesma fonte, o cenário é preocupante, pois ainda não há tecnologia disponível para atenuar o problema, classificado como inédito por especialistas. Procurada pelo GLOBO, a Chevron não confirma nem nega as possibilidades de abalo do solo marinho na região e de novos vazamentos. Mas, por e-mail, afirma que a decisão de pedir autorização à ANP para suspender temporariamente a produção no último dia 15 foi "uma medida de precaução e visa à realização de um amplo estudo técnico para o melhor entendimento da estrutura geológica" do campo. A gigante americana admite que "o campo é muito mais complexo do que os estudos revelaram". E acrescenta: "Parar a produção vai nos permitir estudar e entender melhor as complexidades geológicas da área." — A área está muito fragilizada.

Todo o solo dessa região, em um diâmetro de sete quilômetros, pode afundar. O óleo está saindo pelas fissuras, que ainda não foram dimensionadas.

Ou seja, ninguém tem um conhecimento sobre o que está acontecendo — disse a fonte.

O oceanógrafo David Zee confirma que é possível que ocorram, sim, novos vazamentos na área, dadas as características geológicas da região, que tem solo poroso: — Na perfuração, houve uma pressão muito grande. É como bater em um único ponto de uma pedra, de um diamante, que irá provocar várias rachaduras em volta. Com a pressão, existe a hipótese de um óleo residual encontrar saídas pelas áreas cimentadas. Isso seria um desdobramento, uma invasão do óleo residual, que estaria saindo de um lugar para o outro. Outra possibilidade seria um novo vazamento, não apenas residual — avaliou.

Empresa estuda deixar o país I



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os sérios problemas que a Chevron está enfrentando no campo de Frade poderão levar a companhia a deixar o país. Segundo uma fonte, a análise que está sendo feita pela matriz da companhia, nos Estados Unidos, teria demonstrado perda de interesse em continuar investindo no Brasil.

Em novembro do ano passado, houve vazamento de 2,4 mil barris de petróleo, a 400 metros da plataforma que fazia a exploração. No início deste mês, foi detectado novo derramamento, desta vez a três quilômetros do primeiro acidente. A empresa diz que apenas cinco litros vazaram no oceano, mas, para especialistas e a Polícia Federal, o número pode ser bem maior. Acredita-se que o segundo acidente seja consequência do anterior. Após sobrevoar o local na última sexta-feira, a Marinha informou que a mancha é tênue e tem um quilômetro de extensão.

Ao sair da fissura (com extensão de 800 metros) no solo do oceano, o óleo leva entre nove e 14 horas para chegar à superfície, diz o delegado federal Fábio Scliar, responsável pelo inquérito do acidente de novembro.

A Chevron não sabe dizer quantas fissuras há no campo.

O secretário de Ambiente do Estado do Rio, Carlos Minc, diz que também está preocupado com a possibilidade de ocorrer um novo vazamento.

Segundo ele, as três cimentações que feitas pela empresa após o primeiro vazamento não foram suficientes para impedir o surgimento de fissuras, já que a perfuração inicial danificou o solo marinho: — Ninguém pode afirmar com certeza de que, daqui a três semanas, não irá ocorrer um novo vazamento.

Por parar de produzir, as perdas chegam a US\$ 7,9 milhões por dia para o consórcio liderado pela Chevron, segundo cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), que utilizou a cotação do óleo Brent (de referência), de US\$ 128,14 o barril.

Só a Chevron, dona de 51% do campo, terá perda de US\$ 4 milhões.

A Petrobras, com 30% de participação, vai perder US\$ 2,3 milhões. A japonesa Inpex, com 18,26%, terá uma redução de US\$ 1,4 milhão. A capacidade de extração é de 80 mil barris por dia no campo de Frade.

Segundo uma fonte, a ANP e a Chevron também não vêm se entendendo.

Após o primeiro vazamento, a agência pediu que a petroleira furasse um poço de alívio, poço secundário usado para aliviar a pressão no subsolo, mas a companhia disse que o recurso não era necessário. Ontem, a empresa e a ANP não comentaram o assunto.

-A Chevron diz que não vai furar um novo poço porque diz que não é preciso. A ANP recebeu a sugestão de entrar na Justiça para resolver o caso e está analisando — diz essa fonte.

Desde sábado, por decisão da 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, 17 executivos da petroleira e da Transocean, contratada pela Chevron para perfurar o poço, estão impedidos de deixar o Brasil. Entre eles, estão o presidente da Chevron, George Buck, e Guilherme Dantas Rocha Coelho, diretor-geral da Transocean.

Ao todo, há cinco brasileiros, seis americanos, dois franceses, dois australianos, um canadense e um inglês. A liminar foi concedida ao Ministério Público Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Até ontem, as companhias ainda não haviam entrado com recurso no Tribunal Regional Federal (TRF), cujo expediente encerrou às 17h. Hoje, a decisão será encaminhada à Justiça Federal de Campos, que notificará os 17 funcionários das duas empresas.

As companhias não serão notificadas. A Chevron disse que acatará qualquer decisão legal e vai defender os seus empregados.

Há a possibilidade de a Polícia Federal abrir novo inquérito contra a Chevron. Mas isso só vai ocorrer se a ANP verificar que a petroleira não está recolhendo o óleo de forma adequada.

— Mas não há uma expectativa nesse sentido — disse o delegado Scliar.

Na quarta-feira, o procurador da República Eduardo Santos de Oliveira vai oferecer denúncia criminal na Justiça Federal de Campos. Na denúncia, as duas empresas e os 17 envolvidos vão responder por crime ambiental e falsidade ideológica. Somadas, as penas podem chegar a 20 anos.

David Zee considera esse novo acidente um transtorno para a imagem do Brasil como país que pretende se tornar um grande produtor de petróleo: — Pode ocorrer uma nova síndrome da Amazônia: o mundo inteiro acha ótimo a biodiversidade das florestas, mas não considera o país capaz de mantê-la, de impedir sua destruição. Com esses acidentes, a capacidade do Brasil de manter a Amazônia azul (a riqueza contida no mar) pode vir a ser questionada mundialmente — disse.

Também no governo faltou comunicação sobre novo vazamento

O Globo – 18/03/2012

BRASÍLIA- A falta de coordenação entre os órgãos do governo atrasou a divulgação do novo vazamento de petróleo da Chevron na Bacia de Campos e, conseqüentemente, as ações para contê-lo, às vésperas de sediar a conferência mundial Rio+20. No dia 13, enquanto a nova diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard, anunciava o encerramento das investigações sobre o vazamento no campo de Frade em novembro de 2011, o Ibama já registrava em seus sistemas a informação, enviada pela própria Chevron, de que o petróleo voltava a vazar. Mas nada foi repassado a Magda.

No dia 14, o presidente para a África e América Latina da Chevron, Ali Moshiri, e o presidente da empresa no Brasil, George Buck, se encontravam com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em Brasília. Na saída do encontro, disseram à imprensa que queriam retomar as atividades no campo de Frade o mais brevemente possível. Mas o novo vazamento não foi abordado na reunião. Desde então, Lobão também não se pronuncia sobre o assunto.

Naquele mesmo dia, a ANP autuava a empresa por não mostrar salvaguardas para evitar novos vazamentos e determinava a instalação de um coletor no novo ponto por onde o petróleo saía.

Na dia 15, a Chevron anunciou a suspensão das operações no Brasil e tornou público o problema. Mas dizia que era um vazamento de apenas cinco litros. O diretor de Assuntos Corporativos da Chevron, Rafael Jaen, dizia não haver relação entre os dois vazamentos. Mas o Ibama falava, no mesmo dia,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

segundo informações preliminares, que o novo incidente era “provavelmente decorrente do vazamento registrado em novembro de 2011”.

No sábado (17), ou seja, quatro dias depois de o governo ter sido notificado do novo incidente, veio a público a informação, por meio de nota da Marinha (conjunta com ANP e Ibama), de que havia uma mancha “de mais de um quilômetro” de extensão. Após a nota, a Chevron reconheceu a extensão da mancha.

Essa demora dificulta o controle dos estragos de vazamentos, explica o pesquisador Claudio Egler, especialista em Geoeconomia da UFRJ:

— Nesses primeiros momentos é que as principais medidas precisam ser tomadas para evitar ao máximo a propagação — diz Egler.

Leandra Gonçalves, coordenadora da campanha de clima e energia do Greenpeace:

-- Esse novo vazamento revela, com certeza, a fragilidade do monitoramento brasileiro. Neste caso, a Chevron divide o banco dos réus com o governo, que autorizou a petroleira a operar no país sem checar se a empresa teria condições para atuar em águas profundas. O sistema de emergência da empresa mostrou que não tinha mesmo. Às vésperas da Rio+20, que discutirá a economia verde, o setor de petróleo mostra que há uma grande concentração de renda muito grande e não sabemos para quem vai o benefício -- disse.

Por entender a relevância de que se reveste o tema, em especial quando o Brasil se prepara para explorar os recursos do pré-sal, considero fundamental o debate nesta Comissão.

Sala das Comissões, 19 de março de 2012.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PSDB/SP